

ficuldade por que os servidores públicos estão passando, dar mais estabilidade e melhorar o vínculo do profissional de Educação com a rede.

Dezesseis horas de carga horária é muito pequena. É um equívoco o Estado ter realizado tantos concursos com uma carga horária tão pequena. Transforma o magistério estadual quase num mico porque ninguém consegue viver só com o salário equivalente a dezesseis horas. Então, o profissional tem que ou complementar com horas extras, as GLPs, na própria rede estadual, ou ser de outras redes e da rede privada como forma de recompor. De qualquer forma, isso desvaloriza, pulveriza o vínculo do profissional com a sua rede.

A migração para trinta horas vai melhorar esse vínculo, dar mais estabilidade para o profissional de educação e ajudar a sanar as carências que hoje marcam a rede estadual. Então, vamos trabalhar para isso. Vamos cobrar que esse projeto volte à pauta e seja aprovado o mais rápido possível, porque o profissional da Educação merece ser mais valorizado e esse projeto é uma forma de valorizá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Deputado Flávio Serafini.

O próximo orador é o Deputado Waldeck Carneiro, que tem sete minutos. Depois, encerraremos o Expediente Final.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputada Martha Rocha, Deputados e Deputadas presentes, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Alerj e nos seguem pelas redes sociais, serei bem objetivo, bem tópicos, porque eu quero abordar três questões.

Na primeira delas, Deputada Martha Rocha, seguindo a trilha aberta por V.Exa., eu quero resumidamente mencionar as consequências objetivas de CPIs em andamento ou já concluídas na Assembleia.

Quando à CPI do Rioprevidência, o Deputado Flávio Serafini fez um bom resumo. Eu pretendo fazer uma discussão mais detalhada sobre isso ao longo desta semana, amanhã ou quinta-feira, mas eu quero ressaltar a importância desse trabalho, a importância do envolvimento dos parlamentares - Martha Rocha, Eliomar Coelho, Alexandre Freitas, Renata Souza e Anderson Moraes - nos trabalhos da Comissão. Não sei se esqueço alguém. Cito ainda o Deputado Flávio Serafini, que presidiu os trabalhos de forma muito competente e muito democrática.

Entre os pontos que o Flávio ressaltou, se fosse para fazer um resumo muito rápido, eu citaria: 1. Onerações impostas pelo Poder Executivo ao Rioprevidência, até deixando de contribuir, como o Flávio mencionou, ao longo de muito anos, deixando de participar com a contribuição previdenciária patronal, portanto, onerando as finanças do Rioprevidência; 2. Desvinculação de receitas que já estavam destinadas ao Rioprevidência e, como a Deputada Martha Rocha bem sabe, foram desviadas para outros fins, portanto, também causando prejuízos aos cofres do Rioprevidência; 3. Importante impacto no sistema previdenciário estadual, que foi a partir de 2012 a chamada "segregação de massas", com a separação de dois regimes - o regime previdenciário e o regime financeiro -, de sorte que o regime financeiro ficou e está abandonado à própria sorte porque, na verdade, rompeu-se com o princípio estruturante, da reparação, da solidariedade intergeracional, ou seja, quem está trabalhando agora contribui para lastrear, para custear a aposentadoria ou a pensão de quem já trabalhou no passado. Isso foi rompido no Rio de Janeiro; portanto, temos um plano, fadado a ser negativo, fadado a andar no vermelho, que é o plano financeiro, que não tem mais, que não tem mais a possibilidade de contar com contribuições.

Por último: a antecipação dos royalties, a antecipação das receitas do futuro. Negociaram o futuro do Rio de Janeiro, de maneira absolutamente irresponsável, em valores, como o Flávio mencionou, absolutamente estratosféricos.

Não vou aqui detalhar, mas o relatório é uma contribuição muito relevante. Eu tenho ainda - falei isso para o Flávio hoje em off - me furtado, Deputada Martha Rocha, a enviar o relatório que nós aprovamos para a imprensa, para quem quer que seja, porque ainda não é o relatório aprovado no Parlamento Estadual. Ele foi aprovado na CPI, mas precisará ser aprovado em plenário. Uma coisa é nós darmos entrevistas, falarmos sobre o trabalho - isso é importante e necessário -, mas o documento ainda não é terminativo da Assembleia. É por isso que, por enquanto, eu tenho me recusado a me manifestar, seja em relação à imprensa, que atendemos sempre com muita alegria, seja em relação à própria Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que entrou em contato comigo sábado, pedindo o relatório. Eu expliquei que o colocaria à disposição assim que a Assembleia tivesse feito a votação do material em plenário.

V.Exa. vem presidindo a CPI da Intolerância Religiosa e eu quero destacar um aspecto - tenho batido nesta tecla e V.Exa. vem com ela novamente - importante, que é uma contribuição conceitual que a CPI pode oferecer: problematizar essa categoria que deriva da hegemonia linguística branca, intolerância religiosa. Não é de mera intolerância que nós estamos tratando, estamos tratando de violência, de racismo, de preconceito e, portanto, intolerância é brando, é doce, como disse hoje um dos nossos convidados, o pai... Ajude-me, Deputada Martha Rocha...

A SRA. MARTHA ROCHA - Pai Adailton.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Pai Adailton. Esse é um aspecto, é um tema muito importante e a CPI pode contribuir para o debate nacional sobre essa questão.

Por último, cito a CPI das Participações Especiais, que já conseguiu produzir um efeito retumbante, com a assinatura, ontem, de um acordo de cooperação entre a ANP, Agência Nacional de Petróleo, e a Secretaria de Fazenda do Estado, para que o dispositivo de fiscalização dos abastecimentos contabilizados pelas próprias petroleiras antes de pagar as participações especiais devidas aos Estados e municípios seja auditado. Esses abatimentos têm que ser auditados, têm que ser fiscalizados pelo poder público, não por elas mesmas.

Eu não estou dizendo que ninguém - estou falando em canal aberto - a priori é desonesto, não é isso. Mas, em nome do interesse público, o Estado tem que fiscalizar se esses cálculos estão corretos. Com esse acordo vai ser possível saltar de um dispositivo de fiscalização de quatro profissionais na ANP, para criar uma estrutura fiscalizatória que permita que ninguém seja lesado. As participações especiais pagas no primeiro trimestre de 2021 já se deram em valor muito maior do que o valor do último trimestre de 2020. Isso é sintomático e queria mencionar este ponto.

Deputada Martha Rocha, ainda dentro do meu tempo - estou correndo -, eu queria ressaltar como algo muito importante o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público realizada ontem, uma Frente do Rio de Janeiro. Os Deputados Martha Rocha e Flávio Serafini são promotores, são também formuladores dessa iniciativa. Nós conseguimos organizar uma reunião importante, com vários parlamentares municipais, estaduais e federais do Rio de Janeiro, além, é claro, de inúmeras representações qualificadas e diversificadas de várias categorias do serviço público do Rio de Janeiro, serviço público estadual e até do federal.

Ressalto a importância desse ato. O Deputado Eliomar Coelho também esteve conosco, é outro promotor dessa agenda, e quero ressaltar três encaminhamentos decorrentes desse ato. Primeiro, reforçar o que já estava em curso, porque nós, aqui na Assembleia, conseguimos pautar uma agenda do Fosferj. Aliás, todas as homenagens ao Fosferj, que merece o nosso reconhecimento pela luta unificada das reivindicações dos servidores estaduais, respeitando as especificidades de cada segmento, de cada categoria. É uma agenda do Fosferj com o próprio Governador e o Presidente André Ceciliano, a nosso pedido, está trabalhando nesse sentido.

Outra proposta é fazer audiência pública nas Câmaras Municipais sobre a pauta dos servidores públicos. Ontem estiveram presentes Vereadores de Niterói, de São Gonçalo, da Capital. Eles se comprometeram a desdobrar essa agenda da Frente Parlamentar Mista nas suas respectivas Câmaras Municipais e, além disso, fazer um bom debate, em breve tempo, sobre a PEC 32, proposta que tramita no Congresso Nacional e que esfacela o serviço público.

Quero lembrar que a desestruturação do serviço público no

Brasil proposta por Bolsonaro e Guedes é um pilar do desmonte do Estado brasileiro, porque não há Estado forte, não há Estado que formule e implemente políticas públicas que garantem a prestação do serviço, que por sua vez garantem o direito da população, sem que haja serviço público, Deputada Martha Rocha, sem que haja servidores e servidoras cumprindo as suas tarefas, com carreira organizada, com salários, com concurso público.

Concluindo - porque já está no meu tempo -, quero ressaltar a importância desse ato de ontem da Frente Parlamentar Mista do Rio de Janeiro em Defesa do Serviço Público. Agradeço demais a todos que estão aqui: Flávio, Martha, Eliomar, aos que não estão: Minc, Luiz Paulo, Enfermeira Rejane, que também se colocaram. Nós vamos aumentar essa bancada estadual. Vamos aumentar a bancada federal. É uma frente suprapartidária. O interesse não é disputa partidária nem eleitoral, mas fortalecer o serviço público no Brasil, em especial no Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Agradeço a participação de todas e todos.

Eu só quero fazer duas observações, aproveitando a presença dos Deputados Flávio, Eliomar e Waldeck. A primeira diz respeito ao desconforto a que nós assistimos em vários momentos nos depoimentos na CPI da Previdência. O desconforto daqueles que foram prestar os seus esclarecimentos era visível. Confesso que nunca vou me esquecer das inúmeras cenas de preocupação que vi naquele momento.

A segunda questão é para convidar os quatro Deputados aqui presentes para continuarmos insistindo junto à Presidência da Alerj na necessidade do pagamento do plano de cargos e salários da saúde...

O SR. WALDECK CARNEIRO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Vamos lembrar que esse debate se deu por mais de dois anos. Há vinte anos que esses servidores esperam esse aumento. Eles negociaram de todas as maneiras para reduzir o volume do pagamento inicial para isso tornar factível. Então, não podemos permitir que se repita o que aconteceu com o Supera Rio, porque nós encerramos aqui um projeto no mês de abril e somente no mês de junho é que foi dada efetividade.

Então, quero pedir o apoio do Deputado Waldeck...

O SR. WALDECK CARNEIRO - Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - ...pelo PT; do Deputado Flávio Serafini e Deputado Eliomar para continuarmos insistindo com a efetividade do pagamento do PCCS.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputada Martha Rocha, a folha de junho já vai fechar.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Fecha hoje. Daí por que a minha pergunta ao Presidente, mas ele acabou nesse final da Sessão não respondendo. Vou até fazer um contato com ele para saber a resposta. Mas é importante que todos estejamos juntos.

Obrigada a todos que nos acompanham pela TV-Alerj.

Obrigada aos Deputados.

Boa tarde a todos.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16:00min)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; MARTHA ROCHA, A CONVITE; ELIOMAR COELHO, A CONVITE.

RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES PRESENTES NA 122ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2021

Adriana Balthazar, Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Corrêa, André Ceciliano, Átila Nunes, Bebeto, Brazão, Bruno Dauaire, Carlos Macedo, Carlos Minc, Célia Jordão, Charles Batista, Chico Machado, Chiquinho da Mangueira, Coronel Jairo, Coronel Salema, Dani Monteiro, Danniell Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodalto, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Eurico Júnior, Fábio Silva, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovanni Ratinho, Gustavo Schmidt, Jair Bittencourt, Jalmir Cabral Júnior, Jorge Felipe Neto, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleireiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcos Muller, Marcus Vinícius, Martha Rocha, Mônica Francisco, Noel de Carvalho, Pedro Ricardo, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Ronaldo Anquieta, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Subtenente Bernardo, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Wellington Jose, Zeidan.

ORDEM DO DIA

* 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE JUNHO DE 2021
12h50

- QUINTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 3698/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO MÁRCIO CANELLA, QUE TORNA OBRIGATORIA A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA VACINA CONTRA O CORONA VIRUS (COVID-19) PARA FINS DE FREQUÊNCIA E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS COLETIVOS, POR PARTE DE SEUS ORGANIZADORES OU RESPONSÁVEIS, NA FORMA QUE MENCIONA.

(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE SAÚDE; DE CULTURA; DE ESPORTE E LAZER; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 3952/2021, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS LUIZ PAULO E LUCINHA, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "MEU COMBUSTÍVEL DA DESCONTO" NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA FORMA QUE MENCIONA.

(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE TRANSPORTES; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECADADIA E ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

(SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DE ACORDO COM O ARTIGO 192 DO REGIMENTO INTERNO.)

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55-A/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, QUE ACRESCENTA UM PARÁGRAFO AO ART. 77 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*(Republicada por haver saído com incorreções.)

Id: 2322835

Comissões

PERMANENTES

PARECER DO VENCIDO

DA COMISSÃO DE SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 3068/2017, QUE ALTERA A LEI Nº 3.658, DE 03 DE OUTUBRO DE 2001, DENOMINANDO O HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES

CALAZANS COMO HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DOUTOR HUGO TANNUS FURTADO DE MENDONÇA.

Autor: Deputado MARCIO PACHECO

Relator original: Deputado ROSENVERG REIS (Voto em separado)

Relator do Vencido: Deputada MARTHA ROCHA

(CONTRÁRIO)

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei apresentado pelo nobre Deputado Márcio Pacheco, que altera a Lei nº 3.658 de 2001, denominando o Hospital Estadual Vereador Melchiades Calazans como Hospital de Traumatologia e Ortopedia Doutor Hugo Tannus Furtado de Mendonça.

II - PARECER DA RELATORA DO VENCIDO

O presente Projeto tem como objetivo alterar o nome do Hospital Estadual Vereador Melchiades Calazans para Hospital de Traumatologia e Ortopedia Doutor Hugo Tannus Furtado de Mendonça.

O Dr. Hugo Tannus Furtado de Mendonça, nascido em Porciúncula, no dia 10 de novembro de 1932, prestou relevantes serviços públicos na área da saúde aos municípios de Nilópolis. Desenvolveu trabalho científico sobre hérnia crural, sendo submetido e aprovado no concurso de professor Docente Livre em Clínica Cirúrgica pela Universidade Federal Fluminense, em 1976, fazendo carreira como médico na Baixada Fluminense.

Apesar da brilhante carreira do Dr. Hugo Tannus, Melchiades Calazans, nascido em 1934, contador, advogado e escritor, foi um homem que exaltou o Município de Nilópolis e contribuiu para o crescimento da região. Tendo em vista o hospital estar baseado na Cidade de Nilópolis, e, à época vereador, Melchiades Calazans ter auxiliado com o crescimento local, o nome do hospital deve permanecer.

Não obstante, dada a sua importância histórica, acentuada pelo nobre autor do Projeto, seria de bom alvitre que uma outra homenagem fosse dedicada pelo Município de Nilópolis ao Dr. Hugo Tannus.

Diante do exposto, o meu parecer é CONTRÁRIO.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2021

(a) Deputada MARTHA ROCHA, Relatora do Vencido

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE SAÚDE, na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2021, aprovou o parecer da relatora do Vencido, CONTRÁRIO ao Projeto de Lei nº 3068/2017, com voto em separado, Favorável do Deputado ROSENVERG REIS.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2021

(a) Deputados MARTHA ROCHA, Presidente; RUBENS BOMTEMPO e Dr. DEODALTO membros efetivos, e MÔNICA FRANCISCO e TIA JU, membros suplentes.

VOTO EM SEPARADO

Relator do original: Deputado ROSENVERG REIS

(FAVORÁVEL)

A nobre proposição examina o projeto que tem por finalidade alterar o artigo 1º da lei nº 3.658, de 03 de outubro de 2001, para que o Hospital Estadual Vereador Melchiades Calazans como Hospital de Traumatologia e Ortopedia Doutor Hugo Tannus Furtado de Mendonça. Embora louvável a iniciativa, o presente projeto de lei se faz legalmente para a alteração da sua denominação de Hospital Estadual Vereador Melchiades Calazans para "Hospital de Traumatologia e Ortopedia Doutor Hugo Tannus Furtado de Mendonça". Diante do exposto, meu parecer ao Projeto de Lei nº 3068/2017 é FAVORÁVEL seguindo o parecer da CCJ.

Sala das Comissões, 05 de abril de 2021

(a) Deputado ROSENVERG REIS, Relator original

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL COMPLEMENTAR E CÓDIGOS

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às onze horas e trinta minutos, por meios eletrônicos (whatsapp), reuniu-se a Comissão de Legislação Constitucional Complementar e Códigos, com a presença dos Senhores Deputados Bruno Dauaire, Rosenverg Reis, Alexandre Freitas, Marcelo Dino e Eurico Júnior membros efetivos, e a Deputada Adriana Balthazar, membro suplente deste órgão técnico. A seguir nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, assumiu a presidência o Deputado Eurico Júnior, que declarou haver número legal e iniciou os trabalhos, explicando que esta reunião tem por objetivo eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão, tendo sido indicados os nomes dos senhores Deputados Bruno Dauaire, para Presidente e Rosenverg Reis para Vice-Presidente. Após a tomada nominal de votos, foram os mesmos eleitos. A seguir, o Deputado Bruno Dauaire, já empossado, agradeceu a sua eleição para o cargo e propôs que as reuniões permanentes sejam realizadas às quintas-feiras, às nove horas e trinta minutos, na sala das comissões, o que foi aceito por todos. Em seguida, foi franqueada a palavra a todos os Deputados presentes, que parabenizaram o Presidente e Vice-Presidente eleitos. O Presidente da Comissão, informou ainda que o funcionário Anderson Pereira Abboud será o secretário desta comissão. Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, Sua Excelência agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião para que eu, Anderson Pereira Abboud, Secretário, matrícula 201.674-9, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, sendo a reunião encerrada em seguida. Sala virtual das Comissões, em quinze de junho de dois mil e vinte e um. (a) Anderson Pereira Abboud - Secretário Deputado Bruno Dauaire - Presidente.

COMISSÃO SAÚDE

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às onze horas e trinta minutos, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Saúde, com a presença dos Senhores Deputados Martha Rocha, Presidente; Rubens Bomtempo e Dr. Deodalto, membros efetivos, e Deputadas Mônica Francisco e Tia Ju, membros suplentes deste órgão técnico. Seguindo, a Senhora Presidente registrou que as Senhoras Deputadas Lucinha e Enfermeira Rejane, não participaram da reunião por problemas na conexão de internet. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a sétima Reunião Extraordinária, conforme convocação por edital publicado em vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um. Em seguida, a Senhora Presidente iniciou os trabalhos informando que a reunião seria realizada por meio digital (plataforma Zoom), e acrescentou que o propósito da reunião é apreciar e votar os pareceres emitidos no período. A seguir, sua Excelência informou ter avocado, em 14.04.2021, Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 4511/2018, de autoria do Deputado Átila Nunes; em 28.04.2021, Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 2881/2020, de autoria do Deputado Márcio Canella; em 07.12.2020, Projeto de Lei nº 3201/2020, de autoria do Deputado Anderson Moraes. Seguindo, a Senhora Presidente informou ter distribuído para o Deputado Rosenverg Reis, em 13.10.2021, Projeto de Lei nº 958/2011, de autoria do Deputado DIONÍSIO LINS; em 03.12.2020, Projeto de Lei nº 391/2015, de autoria do Deputado Jorge Felipe Neto; em 24.08.2020, Projeto de Lei nº 3068/2017, de autoria do Deputado Márcio Pacheco; em 24.03.2021, Projeto de Lei nº 4432/2018, de autoria da Deputada Zeidan. Continuando, a Senhora Deputada Martha Rocha solicitou que a Senhora Deputada Mônica Francisco, assumisse a presidência, para que, em obediência ao disposto no art. 40 do Regimento Interno, pudesse apresentar os Pareceres de sua própria relatoria: Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº